



## **Resposta à interpelação escrita apresentada pelo deputado à Assembleia Legislativa, Ho Ion Sang**

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo e no seguimento do pedido de pareceres feito ao Gabinete do Secretário para a Segurança e ao Instituto de Habitação, apresento a seguinte resposta à interpelação escrita do Sr.º Deputado Ho Ion Sang, de 4 de Julho de 2024, enviada a coberto do ofício n.º 760/E578/VII/GPAL/2024 da Assembleia Legislativa de 16 de Julho de 2024 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 17 de Julho de 2024:

O Governo da RAEM tem prestado atenção às pessoas com deficiência e dado apoio no aumento da sua qualidade de vida e na criação de condições para a sua participação social. Em 2018, lançou as “Normas arquitectónicas para a concepção de design universal e livre de barreiras na RAEM”, adiante designadas por “Normas”, para uniformizar e actualizar as directrizes para o design sem barreiras. Com o propósito de ser aplicado o design sem barreiras, as “Normas” foram introduzidas aos requisitos de design das obras públicas e foram postas em prática, de forma ampla, pelos serviços públicos na realização de obras públicas de novos edifícios, de reconstrução de existentes edifícios e de vias públicas. Com os esforços conjugados de todos os serviços e sectores, nos últimos anos, tem vindo a ser gradualmente aumentada e aperfeiçoada a acessibilidade com base nas “Normas” em edifícios públicos dotados de condições que permitam intervenções. O Instituto de Acção Social (IAS) verificou e melhorou, de forma integral, a acessibilidade nos existentes locais de atendimento ao público, inclusive a disponibilização de sistema de alarme com vídeo, para além da implementação das “Normas” nas novas construções. Em relação às habitações sociais construídas, o Instituto de Habitação (IH), de acordo com as necessidades dos arrendatários com deficiência auditiva, instalou nas suas fracções arrendadas, aparelhos de alarme visual ligados aos sinais de incêndio de edifícios.

Em 2021, o IAS promoveu o “Plano Piloto de apoio financeiro para



aquisição de equipamentos auxiliares e equipamentos domésticos especiais para deficientes”, medida de apoio que, através da atribuição de subsídios, visa aliviar o peso financeiro das despesas com a compra desses equipamentos, nomeadamente aparelho para comunicação de surdos-cegos, sistema pessoal de emergência, alarme SOS com detecção de queda, alarme SOS com luzes/ som/ vibração, entre outros.

No âmbito das acções de contingência para desastres, com o intuito de assegurar a execução eficaz do “Plano de Contingência Específico de Evacuação das Zonas Baixas em Situações de ‘Storm Surge’ durante a Passagem de Tufão”, antes do início da época de tufões, as Forças e Serviços de Segurança realizam sistematicamente uma triagem de moradores e comerciantes das zonas baixas mais vulneráveis a inundações, recolhendo e actualizando informações e identificando os casos que poderão necessitar de apoio na evacuação. Os dados recolhidos são carregados no “Sistema de verificação e evacuação nas zonas baixas”, de modo a assegurar eficácia e eficiência das operações caso seja necessário evacuar as referidas zonas.

A fim de permitir que pessoas com deficiência compreendam melhor as acções de contingência para desastres, os Serviços de Polícia Unitários (SPU) convidam organizações não-governamentais a visitarem o Centro de Operações de Protecção Civil (COPC) e em cooperação com o IAS, realizam não apenas visitas anuais a diferentes instalações de serviços para pessoas com deficiência, mas também palestras sobre a prevenção, preparação e resposta a desastres destinadas aos utentes de serviços e seus familiares, no sentido de perceberem como lidar com desastres e prepararem-se atempadamente para os enfrentar. Por outro lado, para aumentar o conhecimento dos membros da estrutura de protecção civil sobre pessoas com deficiência, o IAS tem vindo a organizar acções formativas “Conhecer pessoas com deficiência e como auxiliá-las”. Ademais, são convidadas todos os anos organizações não-governamentais dos sectores sociais, escolas e instituições para o Exercício de protecção civil “Peixe de Cristal”, que envolve uma simulação de evacuação de pessoas necessitadas, no intuito de as pessoas em causa se inteirarem das



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
社會工作局  
Instituto de Acção Social

(Tradução)

disposições de evacuação em caso de desastres e obterem a protecção e o apoio correspondentes.

Desde 2019 que os SPU incluíram a linguagem gestual nas curtas-metragens publicitárias de protecção civil, tendo as mesmas vindo a ser difundidas na televisão e nos monitores instalados nos autocarros públicos. Além disso, durante a activação da estrutura de protecção civil, o COPC tem vindo a divulgar informações de protecção civil na televisão com tradução em língua gestual, de forma que as pessoas portadoras de deficiência auditiva possam conhecer as últimas informações de protecção civil.

Em 2024, o Governo da RAEM lançou o “Projecto-piloto de disponibilização de coordenador de apoio à acessibilidade”, adiante designado por “Projecto-piloto”, com a duração de um ano, com vista a reforçar a capacidade de atendimento dos serviços públicos às pessoas com deficiência e apoiar a utilização independente e autónoma dos serviços públicos por pessoas com deficiência, através da disponibilização de pessoal especializado em acessibilidade. Actualmente, 14 serviços públicos, com um total de 22 locais de serviços, fazem parte do “Projecto-piloto” e existem um total de 60 coordenadores de apoio à acessibilidade. Após a realização de um balanço sobre as experiências adquiridas, o Governo da RAEM pretende alargar gradualmente o “Projecto-piloto” a outros serviços e está a preparar-se para uma plena implementação.

Para terminar, o Governo da RAEM agradece ao Sr.º Deputado Ho Ion Sang pela sua atenção e sugestões dadas ao assunto em causa.

Aos 5 de Agosto de 2024.

O Presidente do IAS

Hon Wai